



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6879 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÕES DE POLÍTICAS NO ES: IMPLICAÇÕES PARA A EJA.

Ivan Cardoso Oliose - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÕES DE POLÍTICAS NO ES: IMPLICAÇÕES PARA A EJA.

O objetivo dessa pesquisa em andamento é examinar o processo de privatizações da política entre 2016 a 2018 no ES, de modo a descrever e analisar as implicações na EJA. Entre 2016-2017, a oferta da EJA passou ao regime semipresencial (12 horas e 3 dias semanais); e foram implantados sete Núcleos Estaduais de EJA -NEEJAS- (2017), somado aos 4 Centros Estaduais existentes (CEEJAS). As mudanças impulsionaram o encerramento de atividades presenciais em várias unidades e alteraram os rumos da EJA no estado, mostrando uma tendência para a modalidade: distanciamento.

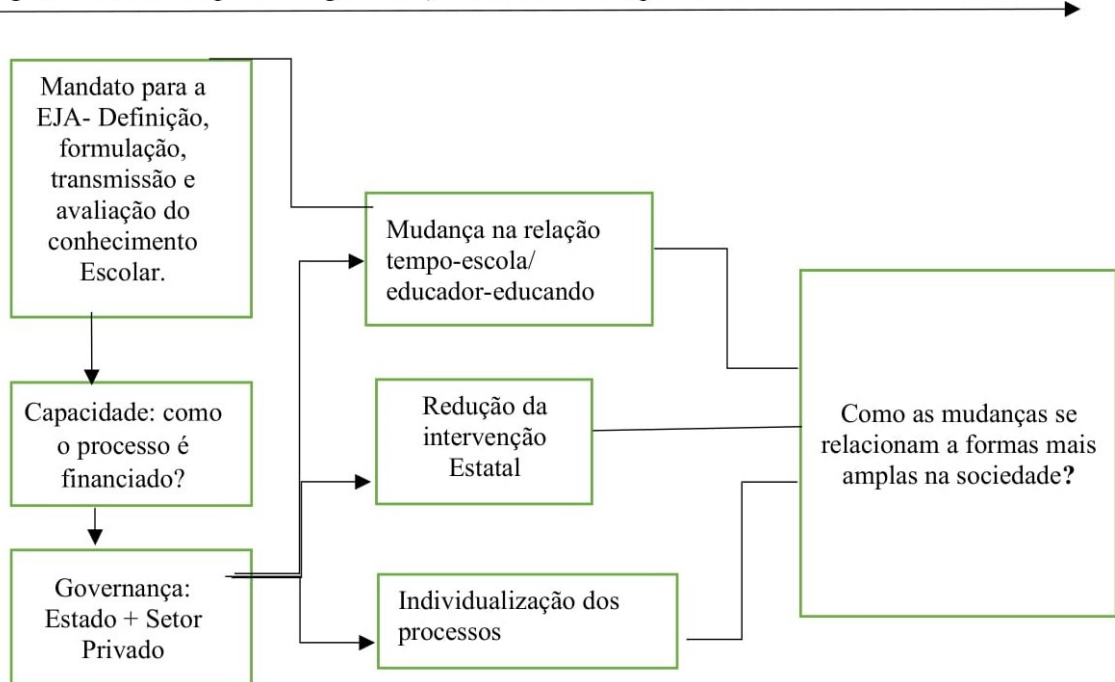
A tendência é entendida na conjuntura de outras reformas educacionais, sendo efetuada por um Estado que passou do governo para a governança e opera por meio de mecanismos, em conjunto com atores da sociedade civil, transferindo responsabilidades, delegando-as aos diferentes entes da iniciativa privada, em cuja relação com a educação se estabelece pela metodologia, o currículo, fornecimento de tecnologia, as áreas de gestão e a formação de professores. Supõe-se uma direção de interesses comuns entre o grupo dominante e o Estado, pelos quais as mudanças não são meras reformas neoliberais, mas ataques à modalidade, o que nos instiga a pesquisar **o processo de privatizações da política educacional no período 2016-2018 no ES e suas implicações para a EJA.**

Fundamenta-se a pesquisa no conceito de Agenda Globalmente Estruturada para a Educação-AGEE (DALE, 2000), com o foco no mandato, na capacidade e governança (DALE, ROBERTSON, 2011) em diálogo com Apple (2015). Segundo Robertson e Dale (2011), as mudanças na educação são influenciadas pelo incremento de atores globalizantes capazes de alterar o mandato, capacidade e governança educacional. O mandato, isto é, o propósito da educação no contexto de globalização neoliberal, privilegia a competição global, o ensino para o mercado, com base no conhecimento e na informação, no aprendizado ao longo da vida e na educação como mercadoria de exportação. A capacidade (recursos humanos e financeiros) foca na eficiência e eficácia, responsabilização e auditabilidade. Por fim, novas formas de governança surgem e reconfiguram as relações entre o Estado e as esferas da sociedade civil. Para Apple (2015) o neoliberalismo não é único responsável pelas mudanças. Ao menos quatro grupos estão sob o guarda-chuva da restauração educacional: neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e uma fração da classe média (APPLE, 2015). Apesar de suas diferenças, acrescenta: há uma relação de interdependência entre eles,

sobretudo entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, pois enquanto o primeiro clama por mudanças no sistema público, o segundo defende mudanças políticas para a criação de outra cultura. Se postos lado a lado, o neoliberal alimenta o neoconservador e vice-versa.

Mas, quem são os atores da reforma educacional na política capixaba? Em que dimensão atuam na EJA? Como se encaixam ao projeto neoliberal de educação e como colaboram com o neoconservadorismo? Para responder a tais questões, recorreremos a dois caminhos metodológicos: a análise documental referente ao período e a etnografia de redes. Os documentos encontrados até agora são: o Plano de Desenvolvimento ES 2025 (2006), na parte relativa à EJA; o Plano de Desenvolvimento do ES-30 (2013); o Plano Estadual de Educação (PEE-2015-2025), que fundamenta propostas para o estado e legaliza objetivos para a educação estadual; por fim, as Diretrizes para a Nova EJA (2016). Ademais, leva-se em conta os Termos de Cooperação Técnica, junto a outras publicações no Diário Oficial do ES, pois indicam quem são os novos atores envolvidos na EJA. Mas, tais documentos podem ser limitados, quanto às respostas pretendidas. Por isso, considera-se também vias menos comuns em trabalhos acadêmicos, ou seja, investigações minuciosas e exaustivas em sites, relatórios, entrevistas publicadas pelos entes envolvidos e disponíveis na *internet*. Até o momento, a investigação nos levou ao seguinte esquema teórico, representado de forma resumida logo em seguida. No entanto, ainda há respostas a serem alcançadas.

Figura 1: mandato/capacidade/ governança = novos sentidos para a EJA:



Fonte: elaboração do autor.

Por conta do espaço delimitado, tomemos o PEE, como exemplo. Ele designa três pontos importantes: oferecer programas e tecnologias para a correção do fluxo na EJA, expandir as matrículas e incentivar a integração entre setor público e privado. Para os cumprir, a forma encontrada foi através de arranjos com outros atores, tais como a Fundação Cecierj (CEEJAS-NEEJAS); Telefônica Vivo, Natura e o Instituto Educadigital (Sedu digital); a *Google Education* (Recursos digitais) e as instituições privadas do ES (Bolsa SEDU). Ball (2011) dizem que os novos atores da governança podem trazer consigo valores convergentes, remodelar o contexto do trabalho público, e serem o elemento de ligação mais coerente para o alcance de objetivos almejados pelo sistema. Eles podem criar cultura, pois

colaboram com outros modelos educacionais.

Nesse sentido, percebe-se que a tríade mandato, capacidade e governança envolvendo novos atores muda o Estado e a prática educacional na EJA. A escola passa ao âmbito privado, por meio de plataformas e material didático *online*, sem a presença fixa do professor. Além disso, nas parcerias com as instituições privadas, troca-se um aluno por um incentivo fiscal, enfatizando a educação ao longo da vida e o tecnicismo.

Mas as mudanças exprimem um alcance mais amplo. Ginsburg (2012) diz que as relações entre o público e o privado colaboram para um câmbio conceitual (democracia pública *versus* democracia privada) da definição de Rousseau para a de John Locke. O primeiro diz que as pessoas comuns são atores responsáveis para assegurar a permanência do governo sem corrupção; já o segundo baseia-se na premissa das pessoas se reunirem em sociedades para se protegerem contra a constante exposição e ameaça dos outros.

A nova governança estatal fortalece qual das duas? As proposições do Estado para a EJA e os arranjos com o setor privado para a modalidade entre 2016-2018 indicam, como possíveis resultados, que os ataques neoliberais à educação pública, de forma mais ampla, abrem os caminhos para o crescimento da onda neoconservadora, na medida em que reduzem ambientes públicos democráticos em contrapartida aos espaços e aos interesses privados.

Palavras-chave: EJA. Estado. Implicações. Política. Privatizações.

REFERÊNCIAS:

APPLE, Michael. Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. *Linhas Críticas*, vol. 21, núm. 46, set-dez, 2015, p. 606-644.

BALL, Stephen. New states, new governance and new education policy. In: APPLE. Michael. BALL. Stephen. GANDIN. Luis. *The Routledge international handbook of the sociology of education*, 2010. p.155-166

DALE, Roger. Globalization and education: demonstrating a “common world educational culture” or locating a “Globally Structured Educational Agenda”. *Educational Theory*, Vol. 50, n.4. 2000. p. 427-448.

_____. ROBERTSON, Susan. Pesquisar a Educação em uma Era Globalizante. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, maio/ago. 2011. p. 347-363.

GINSBURG, Mark. Public private partnerships, neoliberal globalization and democratization. In: ROBERTSON. Susan. MUNDY, Karen. VERGER. Antoni. MENASHY, Francine. *Public Private Partnerships in Education New Actors and Modes of Governance in a Globalizing World*. 2012. p. 66-78